

ortodoxia e renovação

Com quatro meses de governo, e embora dhe reste ainda muita coisa a definir, o Governo Jânio Quadros adquire já configuração própria e admite uma tentativa de caracterização. Isso é sobremaneira sensível no que diz respeito a sua política exterior e à orientação econômico-financeira que o norteia — as quais constituem a matéria desta nossa análise.

reportagem de Rui Mauro Marini

a meta síntese

Os dois traços que melhor parecem definir, a primeira vista, o atual governo brasileiro podem ser assim esquematizados: ortodoxia financeira e renovação da política exterior. Na realidade, uma análise mais cuidadosa revela que essa simplicidade é mais aparente, do que real, uma vez que a ortodoxia tende a abrandar-se, em virtude de fatores externos, e que a renovação da política externa processa-se dentro de limites assaz estreitos.

A política econômico-financeira ora praticada gira, efetivamente, em torno de dois objetivos: a obtenção do equilíbrio interno, de modo a que o desenvolvimento se realize na estabilidade, e a liberalização progressiva do nosso comércio exterior. Este último tem sido, até o momento, a meta perseguida com mais tenacidade. As três Instruções baixadas pela SUMOC revelam que o governo pretende atingi-la a prazo relativamente curto, sem para isso medir sacrifícios.

Sob determinado prisma, tal comportamento demonstra habilidade, sobretudo por acompanhar-se de uma série de medidas diversionistas que, sucedendo-se no plano interno e externo, impedem a opinião pública de tomar plena consciência do que ocorre. A rapidez com que vêm sendo dados os passos que conduzem à completa reforma do nosso sistema cambial e à liberalização de nosso intercâmbio, somada ao diversionismo conscientemente praticado, possibilitaram ao sr. Jânio Quadros realizar o que, para os governos anteriores, representou obstáculo intransponível.

Uma tal modificação não poderia ser feita, entretanto, isoladamente. Necessário se torna que corresponda a um caráter mais competitivo da economia brasileira no mercado internacional, sem o que a liberalização levaria ao seu estrangulamento. E é porque, no plano interno, procura o governo criar disponibilidades maiores e a preços mais baixos para a exportação, enquanto, no plano exterior, empenha-se em desafogar o balanço de pagamentos e em expandir o mercado de que dispomos para nossos produtos.

«além da estabilização»

A obtenção do equilíbrio interno apresenta-se como alternativa à orientação até então seguida pelo país — a do desenvolvimento-pela-inflação. O equilíbrio orçamentário é a meta imediatamente visada, o que implica restrição das emissões, e impõe a limitação das facilidades de crédito e, em última instância, a limitação do consumo popular.

As primeiras medidas do sr. Jânio Quadros faziam temer a adoção de um deflacionismo rígido, semelhante ao que pôs em prática a Ar-

gentina. Tudo indica, porém, que a situação encontra-se modificada, graças a pressões de fora. Desde a visita do secretário do Tesouro norte-americano, Douglas Dillon, ficou, com efeito, patente que os Estados Unidos não vêm com bons olhos a tendência do governo brasileiro ao rigorismo financeiro, na medida em que tal rigorismo leva, normalmente, ao agravamento da tensão social. Com Cuba aos calcanhares, preferê Washington que os demais países da América Latina evitem essa direção. Daí a frase do sr. Dillon, segundo a qual «os Estados Unidos estão preocupados, e profundamente preocupados, com algo muito além da estabilização».

Os recentes acordos financeiros feitos com o Brasil, situam-se nessa linha que vêm de adotar os norte-americanos, da mesma maneira que os projetos de ajuda a serem apresentados na próxima Conferência Econômica Inter-americana. Simultaneamente, cientes de que isso importa em pesada carga, a qual não estão em condições de enfrentar sozinhos, entram os Estados Unidos em entendimentos com as grandes potências ocidentais, Alemanha notadamente, a fim de criar condições para um vasto programa de ajuda ao subdesenvolvimento. O fato mais novo, neste terreno, é a pressão exercida sobre o Canadá para que participe do auxílio a ser prestado à América Latina.

Tudo isso altera o quadro da política econômica nacional, permitindo a continuação de obras interrompidas (como Três Marias) e a criação de novas fontes de despesa (como as que deverão resultar dos projetos da Sudene, da reforma agrária, etc.). Paralelamente, levanta-se o problema do crédito bancário, cuja situação tornou-se crítica com a queda dos depósitos provocada pela Instrução 204.

diplomacia e comércio

A segunda característica do atual governo — a renovação da política exterior — tem provocado controvérsias, mais por suas implicações políticas do que propriamente comerciais. Estas são, na realidade, até agora modestas, e permanecem fundamentalmente no plano das intenções. As relações comerciais com o bloco socialista não trouxeram ainda fato espetacular, e mesmo as negociações ora em curso, em Moscou, têm sido relegadas pela imprensa a posição secundária. O mesmo pode ser dito da política africana, que ainda não ultrapassou a fase dos contatos diplomáticos.

Quanto à América Latina, onde o governo precedente destacara-se com o lançamento da Operação Pan-Americana, o que há de concreto é o fato de o Brasil ter ali perdido o comando das

iniciativas em favor dos Estados Unidos. Semanas atrás o Itamarati havia anunciado sua intenção de utilizar a Reunião Inter-americana de Quito para definir a posição do Brasil neste terreno e reavivar a OPA. A conferência foi adiada sine die e, às vésperas da Conferência Econômica de Montevideu, o Itamarati ainda não voltou a tocar no assunto; deixando aos Estados Unidos campo livre para sua Aliança para o Progresso.

Restam as medidas de ordem diplomática. No que se refere às relações com o bloco socialista, a missão Dantas representou um passo, modesto, todavia. Fica de pé o problema representado peloreatamento com a União Soviética e o estabelecimento de relações com a China, para a qual, de imediato, não há perspectivas claras. O quadro é mais animador quando se consideram as novas nações africanas, onde grande atividade vem sendo desenvolvida pelo Brasil.

entre dois continentes

A política do governo em relação à América Latina vinha sendo, como já dissemos, de omissão. A crise provocada pela invasão de Cuba forçou-o, entretanto, a sair do imobilismo e a definir sua posição. Reafirmou, dessa maneira, o que já se sabia, isto é, sua fidelidade aos compromissos assumidos para com os Estados Unidos, no campo das relações Leste-Oeste e no continente americano. Ao mesmo tempo, reivindicou e pôs em prática uma certa margem de autonomia, dentro do quadro desses compromissos, desautorizando, contudo, toda veleidade neutralista que por acaso se manifestasse no país.

As repercussões da crise cubana levam agora o governo a prosseguir na definição de sua política continental. Diversos encontros com chefes de Estado latino-americanos encontram-se em pauta, em continuação ao encontro de Uruguaiana, com o presidente Frondizi. Por outro lado, a Conferência Econômica de Montevideu exigirá do Brasil duas tomadas de posição: uma, com relação ao conteúdo e à forma da ajuda que os norte-americanos propoem; outra, mais delicada, referente à participação de Cuba nesta ajuda.

A menos que Fidel Castro, antecipando-se, exclua-se de motu próprio da Conferência, teremos aí um ponto de atrito, dada a intenção já manifestada dos norte-americanos de utilizar a Conferência para consolidar o isolamento do regime de Havana. Não há de ser outro, aliás, o motivo da visita do sr. Olivares a diversos países sul-americanos, Brasil, inclusive. Observemos, a propósito, que o ministro Afonso Arinos, nos esclarecimentos prestados à Câmara, manifestou certa reserva (tímida, é verdade) em relação ao isolamento que Washington insiste em impôr a Cuba.

O que importa ter em mente, portanto, é que o fato de os norte-americanos terem sua atenção voltada para a América Latina e a própria evolução dos acontecimentos no continente forçarão o governo a definir e a pôr em prática uma política pan-americana mais ativa. Os acordos financeiros passados com os Estados Unidos agirão, certamente, nesse sentido. Resta saber, então, até que ponto poderá o sr. Jânio Quadros prosseguir em sua política em relação à África e, em geral, aos povos subdesenvolvidos não americanos.

Tais são algumas considerações que os primeiros quatro meses de governo do sr. Jânio Quadros permitem fazer, no que diz respeito a sua política exterior e econômico-financeira. Ficam por examinar outros aspectos não menos importantes da atuação governamental, notadamente no que se refere ao campo social e à política nacional (sobretudo partidária), aspectos que abordaremos aqui proximoamente.